



Em Português nos (Des)Entendemos: A (Des)Necessidade de um Cânone Literário para a Afirmação da Lusofonia

Paulo Carvalho Ferreira^[1]

paulocf99@gmail.com

Resumo: A presente análise^[2] problematiza o conceito de cânone literário de um ponto de vista lusófono, interrogando as suas delimitações políticas, geográficas e culturais. A discussão parte da exposição da História da Literatura lusófona e desemboca no debate sobre o estabelecimento de um cânone lusófono e nas relações de poder que aí intervêm, nomeadamente, ao nível do seu ensino nos vários países de língua oficial portuguesa.

Palavras-chave: Cânone lusófono; Ensino da Literatura; Literatura lusófona; Lusofonia.

In Portuguese We (Mis)Understand Each Other: The (Mis) Need for A Literary Canon To Affirm Lusophony

Abstract: This review problematizes the concept of literary canon from a lusophone point of view, questioning its political, geographical and cultural boundaries. The discussion starts with an exposition of the History of Lusophone Literature and leads to the debate about the establishment of a Lusophone canon and the relations of power that intervene there, namely, at the level of its teaching in the various lusophone countries.

Keywords: Lusophone canon; Literature teaching; Lusophone Literature; Lusophony.

[1] Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.

[2] Análise ao capítulo de RITA, Annabela. (2015). “Lusofonia e literatura: Haverá cânone(s) lusófono(s)?”. In Moisés Lemos Martins (Ed.). *Lusofonia e Interculturalidade: Promessa e Travessia* (pp.129-151). CECS/Húmus. <https://hdl.handle.net/1822/39693>.

Análise de texto: Lusofonia e Literatura: Haverá Cânone(s) Lusófono(s)?

No capítulo *Lusofonia e Literatura: Haverá Cânone(s) Lusófono(s)?*, a autora Annabela Rita propõe discutir a existência de um cânone lusófono e o rigor com que esse conceito se poderá afigurar no âmbito das literaturas de expressão portuguesa. O capítulo insere-se no livro *Lusofonia e Interculturalidade – Promessa e Travessia*, uma obra coordenada por Moisés de Lemos Martins (2015), que propõe o debate da questão lusófona radiando de três aspetos:

- o sentido das narrativas sobre a construção da comunidade lusófona;
- as políticas da língua e da comunicação;
- a complexidade do movimento de interpenetração das culturas (p. 7).

Os aspetos sinalizados por Moisés Martins sintetizam as discussões que o livro por si coordenado abarca e reflete. O capítulo de Annabela Rita (2015) respeita essa mesma ordem de discussão, enquadrando-se na interrogação de um cânone ou dos cânones no plural, como propõe a autora, no âmbito dos três

aspetos elencados por Moisés Martins (2015, p. 7).

O(s) Cânone(s) Literário(s)

Pensar em cânone como o conjunto dos mais notáveis autores ou obras de determinada literatura é, por si só, pensar e interrogar o sentido das narrativas, neste caso literárias, mas também na forma como interferirão na coesão de uma comunidade transcontinental como se propõe que seja a Lusofonia. Por seu turno, as políticas da língua e da comunicação têm um papel fundamental no que concerne não só à definição de cânones literários, como também à sua manifestação prática, nomeadamente, no ensino, campo identificado por Graça Moura (2012) como aquele onde se torna mais evidente e vital a existência de um cânone que organize e medeie o ensino do Português. Finalmente, não se deve ignorar que o devir de um cânone e a sua assunção manifestam e marcam o grau, mais ou menos elevado, com que culturas distintas interagem, especialmente na relação entre povos marcados por uma relação relativamente recente de colonizador e colonizados.



Perante a complexidade do enunciado, Rita (2015) procura, antes demais, esquematizar os vários temas do título do seu capítulo, oferecendo ao leitor uma definição sintética quase ao estilo de um verbete: *Lusofonia, Literatura, Cânone, Literaturas lusófonas*.

No que concerne à Lusofonia, refere Fernando Cristóvão como uma das mais destacadas vozes na sua definição, com a sua visão da organização da lusofonia em três círculos concêntricos: um nuclear que compreende os territórios que têm por língua oficial ou simplesmente falada o português; um segundo círculo que compreende o conjunto de outras línguas e culturas desses territórios e um último círculo mais amplo, formado por outros países, instituições e pessoas que ainda que não partilhem a língua e cultura portuguesas têm um diálogo intenso com os territórios dos primeiros círculos (Cristóvão, 2003). Não se avance, porém, sem se ter em atenção uma intenção eminentemente política que se pode servir da Lusofonia, visão contudo um quanto redutora contrariada pela permeabilidade da literatura onde,

“não há as dúvidas, desconfianças, avanços e recuos das políticas e dos conceitos que se descortinam, escondem e espreitam a lusofonia” (Antunes, 2015, p. 109).

No que diz respeito à Literatura, é assumido, desde o primeiro momento, que a mesma é “linguagem e comunicação”, mas ao mesmo tempo “uma cristalização cultural” e um “sistema hipercodificado” (Rita, 2015, p. 131), pelo que a literatura evidencia identidades, mas também obedece a convenções de várias ordens, o que poderá justificar a formação de cânones literários, outro dos conceitos abordados nesta primeira parte do capítulo. Note-se que definir um cânone, e não definir semanticamente cânone, que é relativamente mais fácil, é uma tarefa complexa, de enorme subjetividade e sujeita a grande discussão, como faz notar Graça Moura (2012), que apesar de caracterizar os cânones pela sua estabilidade, faz notar a influência que aspetos temporais ou mudanças de paradigmas ou simplesmente dos valores humanos podem ter sobre a formação do cânone, o que é condizente com a perspectiva de Rita (2015, p. 133)

que atribui à própria literatura a instabilidade, o encontro e desencontro entre produção e recepção, que se opõe ao cânone. Faz ainda notar a pouca consensualidade dos cânones, se se atender que a presença da literatura portuguesa é pouco referida entre os mais importantes teóricos ocidentais, facto que intrigará qualquer um, que facilmente constata, por exemplo, uma única atribuição de um prémio nobel a um escritor de língua portuguesa, o que parece um quanto invulgar e inquietante para uma língua cuja comunidade de falantes é das mais populosas e de maior amplitude territorial, levando ao autoquestionamento da qualidade da literatura em português.

Depois de esclarecidos conceitos, a autora passa a pôr em paralelo a literatura portuguesa e as restantes literaturas lusófonas, socorrendo-se para isso não só da História da Literatura como também de excertos de textos de reconhecidos autores de toda a lusofonia para destacar semelhanças, diferenças e pontos de contacto entre essas duas realidades que, no entanto, se podem fundir numa só. É citado Manuel Alegre para que a autora recue na história até ao momento de formação e afirmação

de Portugal, e *fá-lo para lembrar que esse processo é acompanhado da construção da gramática portuguesa (p. 136) um dos signos, além dos bélicos ou religiosos, que presidirá à expansão marítima, não raras vezes sobre a forma da narrativa* escrita, caracterizada pelos sentimentos de distância e ausência que caracterizarão o programa estético da literatura portuguesa.

A autora faz notar que além da língua portuguesa se afirmar e desenvolver mais autonomamente durante a formação da nacionalidade, não menos se desenvolveu no contacto com as novas culturas com que se foi cruzando na época da expansão marítima, mas também o seu contrário, não só a língua e cultura portuguesa assimilou como também foi assimilada, criando imaginários e identidades. A autora concebe, assim, a Lusofonia como uma “teia comunicativa” ou uma “identidade mosaico” (p. 139), de que inevitavelmente emergem manifestações culturais e artísticas, com a literatura a ocupar um lugar de relevo. Uma literatura marcada pelo diálogo por vezes imposto, outras vezes, consagrando as diferenças entre a literatura oral



nativa e a literatura portuguesa já grafada, por vezes num medir de forças de que emergiu uma identidade literária “polifónica” pautada por um quadro de referências em que predomina a estética europeia mesclada com a “axialidade” africana, americana e oriental (p. 141) – uma literatura expressa num exotismo discursivo, em neologismos radicais e fusionais, na reinvenção linguística, na paródia, no ritmo da oralidade (p. 142).

Após a apresentação e esclarecimento do significado dos vários conceitos abordados no capítulo, é tempo de Annabela Rita discutir realmente a combinatória de todos os conceitos que, faseadamente, veio esclarecendo. O primeiro problema identificado acerca da constituição de um cânone lusófono é o que a autora caracteriza como um focal de grande angular, isto é, a formulação de uma antologia literária da lusofonia seria um processo extremamente complexo e moroso, mas mais ainda polémico e do qual se poderiam antever situações conflituantes dado implicar o acordo entre nações, mais até que o próprio acordo ortográfico, cuja implementação foi polémica como identifica

Rita, mas também Alves (2017) que aponta à instituição do novo acordo ortográfico a geração de uma discussão intensa em Portugal (p. 121). A formulação de critérios para uma elaboração de tal antologia geraria, por si só, controvérsia. Os vários aspetos questionáveis são apontados por Rita (2015, pp. 143-144), entre eles, dois mais problemáticos se destacariam, por um lado, a abrangência que se pretende dar ao espaço e tempo da lusofonia, questionando os três círculos propostos por Fernando Cristóvão (2003), por outro lado, o questionamento da legitimidade de uma proporcionalidade de representação das diferentes literaturas nacionais e regionais.

Note-se que a legitimação do designado terceiro círculo da lusofonia referido por Cristóvão no âmbito do cânone é visto com grandes reservas e ceticismo como, por exemplo, a posição de Venâncio (2006), sobretudo no que diz respeito às literaturas africanas e especialmente às de expressão portuguesa (p. 94). As línguas locais que, por uma questão nacionalista, se esperavam que emergissem como línguas oficiais não conheceram esse destino, já que o que se verificou foi a veicula-

ção da língua do colonizador como língua oficial e língua esmagadoramente predominante da produção literária dos países africanos subsarianos, ainda que a literatura africana, sobretudo a de expressão portuguesa, reproduza mimeticamente o português falado nesses territórios, com todas as suas expressões e vocabulários próprios, chegando até em alguns casos a incluir o uso simultâneo de línguas locais com o português (p. 95). Da mesma forma que as línguas dos colonizadores parecem ser um fator de agregação dos povos de cada uma das nações africanas, parece que são ao mesmo tempo uma condição fundamental para a afirmação e alcance da literatura africana a um mundo e cultura cada vez mais globalizados.

Se o primeiro problema apontado anteriormente por Rita (2015) parecia evidenciar a problemática sugerida pela autora no título do seu capítulo no singular, ou seja, a constituição de um cânone(s) lusófono(s), o segundo problema apontado parece questionar a sua visão sinóptica sobre cânone e literatura do primeiro problema. Anabella Rita designa-o por *zoom* e foca-se, muito concretamente, nos autores

e textos fronteiriços, cuja circunscrição a uma nacionalidade para os seus estilos de escrita para ser impossível como acontece com António Quadros, que se parece inscrever entre a literatura portuguesa e moçambicana e cujo enquadramento parece, de acordo com os paradigmas académicos, impossível (pp. 145-148). António Quadros não será um caso único na literatura lusófona ao fazer questionar a legitimidade de cânones nacionais.

À *questão colocada* no título do capítulo – *Haverá Cânone(s) Lusófono(s)?* – a autora rejeita oferecer uma resposta, como já aliás fazia prever no resumo do capítulo, apesar de não recusar e até mesmo se poder afirmar que concebe a existência quer de uma literatura lusófona e nesta de obras de uma expressão mais notável por relação com as demais. O que a autora deixa em suspenso é a constituição do cânone, ou até dos vários cânones, enunciando os problemas que antevê numa tentativa dessas formulações. Contudo, não deixa de ligar que novas formulações teriam impactos significativos na alteração de pedagogias e programas de ensino, este é um domínio no qual o(s) cânone(s) se manifes-



tam de uma forma preponderante como identificava Graça Moura (2012), já anteriormente citado.

A respeito do ensino da literatura na escola brasileira, Alves (2017) mostra algumas preocupações no que concerne ao ensino da literatura em português na escola brasileira, notando a ausência de um cânone literário bem estabelecido e da sua subsequente aplicação no ensino. A autora identifica um desligamento quase total à literatura produzida em Portugal, resumindo-se o ensino da literatura em português a raros momentos em que a literatura portuguesa é abordada para a compreensão da própria constituição da literatura brasileira (p. 114). Ora, a atenção dada à literatura africana em língua portuguesa no ensino brasileiro não é maior do que a que é dada à literatura portuguesa, ainda que a lei brasileira consagre o ensino da história e cultura afro-brasileira, a literatura africana é referida da mesma forma tangencial que a literatura portuguesa. Alves faz notar, contudo, que o estudo literário parece negligenciar por vezes a própria literatura brasileira oferecendo uma visão passadista que ignora a contemporaneidade e um frutuoso

diálogo que poderia resultar do diálogo entre as várias literaturas de expressão portuguesa do nosso tempo dispersas globalmente (p. 116).

A situação não é menos preocupante no que concerne aos programas de português no ensino básico e secundário em Portugal. De uma breve análise dos programas curriculares do Português constata-se a relativa negligência em relação à inclusão de uma maior variedade de autores lusófonos, no caso do programa para o ensino secundário (Buescu et al., 2014) a ausência de autores de língua portuguesa fora de Portugal é total, já no programa para o ensino básico a distribuição é menos desequilibrada (Buescu et al., 2015) encontrando-se não só autores de outras latitudes da lusofonia como também traduções de autores de outras línguas. Mas mesmo no que diz respeito a autores portugueses, surgem algumas indagações, nomeadamente a ausência completa de Aquilino Ribeiro ou a presença de Guerra Junqueiro e João de Deus apenas no programa de português do ensino básico, quando são estas três personalidades a quem foram dadas as honras do Panteão, supondo-se à partida serem alguns dos au-

tores mais celebrados da literatura portuguesa, tal não se constata nos programas curriculares.

Então que soluções para as preocupações antes enunciadas? Principalmente o estabelecimento de uma maior diversidade de textos, não a imposição e formulação de um cânone lusófono, que implicaria uma discussão extremamente complexa nomeadamente sobre a autoridade e legitimidade para a sua execução. Alves (2017) aponta como uma necessidade premente a mudança nas políticas de circulação dos livros no espaço lusófono ainda pouco desenvolvidas que restringem o acesso a uma leitura mais diversificada (pp. 122-123), centrando nos leitores um papel fundamental para a definição dos cânones. Não será também menos importante colocar uma certa ênfase no papel que a Academia poderá ter na discussão da literatura lusófona e na sua crítica procurando formar agentes de divulgação da literatura e da língua portuguesa e não meros ditadores do cânone, porque, como bem refere Antunes (2015), é na flexibilidade da língua portuguesa que deverá residir a “sobrevivência e importância da nossa língua no panorama de hegemonia

de determinados blocos linguísticos” (p. 110). Importante é mesmo notar que apesar de toda a dimensão política que envolve a ideia de lusofonia, há algo muito mais humano que se exprime, identidades que se fixam, já que no “ato de criação poética, artística, não há as dúvidas, desconfianças, avanços e recuos das políticas e dos conceitos que se descontinam, escondem ou espreitam da lusofonia” (p. 109).

Uma coisa apenas parece certa, o cuidado com que se deve manipular terrenos tão complexos e move-diços como lusofonia e cânone, não será menos desajuizado o simples raciocínio de Almeida & Simas-Almeida de que

um cânone é uma elaboração coletiva de séculos, um guia para nos orientarmos, não se pode, pois, esperar que as pessoas todas leiam todas as obras. Por ser impossível e por não fazer sentido. Os cânones são fruto dos gostos de quem os elabora (Almeida & Simas-Almeida, 2008, p. 170).

Contudo o que parece realmente certo é que quanto mais alargada a comunidade de leitores, menor será



a probabilidade de se relegarem ao esquecimento obras de valor, mas também mais intensa será a atividade crítica, permeando e apurando aquilo que, em última análise, designaremos por cânone.

Tendo em vista a aparente impossibilidade de falar de um cânone lusófono unificado, mas de vários cânones nacionais como identificam Almeida & Simas-Almeida que apontam a fraca discussão e até desacreditação de cânones ao nível regional quando para pequenos países da Lusofonia com dimensões e populações inferiores já se tem firmado a existência dos seus cânones (p. 168), tudo parece em certa medida apontar para uma questão de poder, talvez um aspeto menos investigado e que poderá abrir investigações ao nível do estudo da organização e funcionamento de estruturas e instituições como os prémios e concursos literários ou as editoras e o seu papel na definição de gostos e na legitimação de literaturas.

Cinjamo-nos à questão que Rita (2015) fez no título do seu capítulo *Haverá Cânone(s) Lusófono(s)?* Tal como a autora, somos obrigados a vergar-nos à dúvida retumbante

e inclusivamente questionar a própria validade do conceito de cânone dada a sua natureza subjetiva e dir-se-ia até especulativa. Discutir o cânone, mesmo em cartografias pouco dispersas, parece degenerar em atritos entre os intervenientes na discussão, o que se agrava em cartografias de maior amplitude como a Lusofonia, pondo em evidência desequilíbrios nas relações de poder entre os seus intervenientes e gerando discussões infrutíferas que em nada contribuem para a coesão e unidade de um bloco linguístico tão diverso como o lusófono. Ao invés da discussão, prefira-se a via do diálogo pois em português nos entendemos, mais alto, mais firmemente, mais intensamente do que qualquer cânone. É a força da língua portuguesa que une a comunidade lusófona, a língua mais falada do hemisfério sul, a quinta língua mais falada do mundo, a língua de Camões, de Vinícius, de Craveirinha, de Pepetela, de Germano Almeida, de Cinatti, de Vasco Cabral, de Alda do Espírito Santo e de tantos outros, a língua em que pensaram mais que a lusofonia, pensaram a humanidade.

Referências

- ALMEIDA, Onésimo Teotónio; SIMAS-ALMEIDA, Leonor (2008). “Cânone, Cânones Em Reflexões Dialogadas”. *Veredas: Revista Da Associação Internacional De Lusitanistas*. (10). 165-171. <https://revistaveredas.org/index.php/ver/article/view/136>.
- ALVES, Ida. (2017). “Diversidade Como Cânone: Estudos Literários Em Português”. *Signótica*. 29 (1), 112-126. <https://doi.org/10.5216/sig.v29i1.44918>.
- ANTUNES, Luísa Marinho (2015). “Se A Lusofonia é Um Sonho, quem é o Sonhador? De Uma Poética da Lusofonia e de Uma Lusofonia Poética”. In M. Lemos Martins (Ed.). *Lusofonia e Interculturalidade. Promessa e Travessia* (pp. 129-151).
- BUESCU, Helena C.; MAIA, Luís C.; SILVA, Maria Graciete; ROCHA, Maria Regina (2014). *Programa E Metas Curriculares De Português: Ensino Secundário*. Ministério da Educação. <https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Secundario/Documentos/Documentos Disciplinas novo/programa metas curriculares portugues secundario.pdf>.
- BUESCU, Helena C.; MORAIS, José; ROCHA, Maria Regina; MAGALHÃES, Violante F. (2015). *Programa E Metas Curriculares de Português Do Ensino Básico*. Ministério da Educação. http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Basico/Metas/Portugues/pmcpeb_julho_2015.pdf. CECS/Húmus. <https://hdl.handle.net/1822/39693>.
- CRISTÓVÃO, Fernando (2003, 16 de abril). *Os Três Círculos da Lusofonia*. Ciberdúvidas da Língua Portuguesa. <https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/artigos/rubricas/lusofonias/os-tres-circulos-da-lusofonia/102#>.
- MARTINS, Moisés (Ed.) (2015). *Lusofonia e Interculturalidade. Promessa e Travessia*. CECS/Húmus. <https://hdl.handle.net/1822/39693>.
- MOURA, Vasco Graça (2012, 8 de agosto). *Sobre o Cânone Literário*. Diário de Notícias. <https://www.dn.pt/opiniao/opiniao-dn/vasco-graca-moura/sobre-o-canone-literario--2709362.html>.



- RITA, Annabela. (2015). Lusofonia e Literatura: Haverá Cãnone(s) Lusófono(s)? In Moisés Lemos Martins (Ed.). *Lusofonia e Interculturalidade: Promessa e Travessia* (pp. 129-151). CECS/Húmus. <https://hdl.handle.net/1822/39693>.
- VENÂNCIO, José Carlos (2006). “As Literaturas Africanas em Língua Portuguesa: Que Legitimidade?”. In M. Lemos Martins, H. Sousa, & R. Cabecinhas (Eds.). *Comunicação e Lusofonia: Para Uma Abordagem Crítica da Cultura e Dos Media* (pp. 91-97). CECS/Campo das Letras. <https://hdl.handle.net/1822/30019>.